

# Em condições para negociar

Nada como um bom cacife para colocar uma banca em compasso de espera. E esta a situação do Brasil perante as grandes corporações mundiais dos credores. Com um pesado passivo para ser acudido, e precisa ganhar tempo para adiar, tanto quanto possível, o lance inicial para renegociar o rolamento da dívida externa. O País já dispõe, praticamente, dos US\$ 9 bilhões de saldo em sua balança comercial, meta recomendada pelo FMI para ser alcançada até o mês de dezembro. Os esforços brasileiros, entretanto, indicam que se pode chegar a US\$12 bilhões. Diante dessa perspectiva o Governo brasileiro pretende otimizar a vantagem que a circunstância lhe oferece, em termos de credenciamento. Afinal, não é qualquer devedor que se apresenta nas mesmas condições. Falar grosso, sem uma posição de contravalor significa no mínimo bazofia à falta de outra justificativa. Já se dispõe, atualmente, de numerário suficiente no saldo comercial para mobilizar o Sr. William Rhodes, presidente do Comitê dos Bancos Credores do Brasil, para uma primeira rodada. No entanto para os próximos meses a posição poderá ser alterada, oferecendo uma inicial com trunfo na mão, representada por perto de doze bilhões de dólares.

Desse posicionamento o Brasil não pode abrir mão. Se iniciar, desde agora, os entendimentos para fechar compromisso, estará com um potencial de negociar reduzido.

A verdade incontroversa é que o Brasil tem promissórias vencendo a partir de janeiro de 1985 e não necessita de firmar qualquer compromisso antes de dezembro, ou mesmo janeiro. A comunidade das nações devedoras em termos mundial está obrigada a dívidas da ordem de US\$ 850 bilhões, com uma escala de vencimento concentrada nos próximos meses. O Brasil, juntamente com o México, é a única nação guarnecidada de US\$12 bilhões a serem acumulados até dezembro postos a serviço de sua argumentação nos negócios a serem ajustados.

Se por um lado o ministro Ernesto Galvães advoga esse adiamento para compor melhor os seus "argumentos", por seu turno os bancos credores admitem esse adiamento por outras razões de ordem política. Querem que a decisão brasileira se processe dentro da área de influência direta do sucessor do presidente Figueiredo, armando uma ponte entre a atual e a futura administração financeira do País.

Sem prejuízo de toda essa linha de fatores estratégicos, uma nova componente foi apresentada pelo ministro Delfim Netto, relativamente ao comércio exportador. Entende o chefe da Seplan que chegou a hora de uma política realista de exportações, baseada, fundamentalmente, numa desvalorização realista do cruzeiro e numa consciente utilização das tarifas aduaneiras para controle das importações.

Quanto ao Comércio Exterior

do Brasil vai agir de forma liberalizante, reduzindo a níveis mínimos a intervenção do Estado em relação aos estímulos creditícios e fiscais, até aqui marcando de forma ostensiva a presença oficial na dinâmica do mercado externo. O ministro do Planejamento colocou como principal variável dos mecanismos de competição os preços de mercado.

Os condicionamentos concordam, portanto, para um denominador comum onde os fatores favoráveis a uma política economicamente sadia poderão estimular as trocas internacionais em níveis compatíveis com os potenciais tanto para exportar quanto para importar.

No segmento mais complicado do processo de relacionamento internacional — a administração da dívida — o País desenvolve uma estratégia de alto ganho, dilatando os prazos para iniciar as negociações com os credores, com a finalidade de ganhar mais autoridade para discutir. E, internamente, o ministro do Planejamento desenvolve uma tese de abertura das linhas de troca. O País amadurece, para grandes embates; instrumenta-se de forma hábil para competir com as melhores armas e todas elas montadas a partir de uma inteligência própria criando condições ótimas para melhorar a sua posição mundial, devendo chegar em condições bem mais favoráveis para competir e para pleitear. Melhores condições e maiores oportunidades.